

**APROXIMAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E  
MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: UM OLHAR A PARTIR DE  
PESQUISADORES BRASILEIROS DO LAZER<sup>1</sup>**

**Recebido em:** 13/09/2017

**Aceito em:** 10/05/2018

*Vitor Hugo Marani*  
Universidade Estadual de Londrina  
Universidade Estadual de Maringá - Campus Ivaiporã  
Ivaiporã – PR – Brasil

*Andressa Peloi Bernabé*  
Centro Universitário Ingá  
Universidade Estadual de Londrina  
Londrina – PR – Brasil

*Edson Hirata*  
UTFPR - Campus Campo Mourão  
Campo Mourão – PR – Brasil

*Fernando Augusto Starepravo*  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá – PR – Brasil

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar as relações entre políticas públicas de lazer e os megaeventos esportivos sediados no Brasil a partir da ótica dos pesquisadores da área do lazer. Para tanto, foram realizadas entrevistas com quatro pesquisadores brasileiros com reconhecida produção científica na área do lazer. As análises foram realizadas a partir dos dados transcritos das entrevistas, que posteriormente, foram apresentadas e discutidas a luz do referencial teórico pertinente. As informações apontam para diversas preocupações dos entrevistados como a projeção do Brasil por meio do esporte de alto rendimento e alcance de medalhas; a supervalorização do esporte de alto rendimento em detrimento de outras práticas corporais; e, o enfoque dado ao financiamento às cidades sedes. Por fim, assinalaram que a recepção de um megaevento esportivo no país não garantiria, necessariamente, a criação ou implantação de políticas públicas de lazer, mas, vislumbravam o momento como propício para discussões acerca do assunto.

**PALAVRAS CHAVE:** Política Pública. Atividade de Lazer. Megaeventos Esportivos.

---

<sup>1</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Araucária – Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

**APPROACHES BETWEEN PUBLIC POLICY AND RECREATIONAL SPORTS  
MEGA-EVENTS: A VIEW FROM BRAZILIAN RESEARCHERS LEISURE**

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the relations between leisure public policies and sports mega events based in Brazil from the perspective of researchers in the leisure area. For that, interviews were conducted with four Brazilian researchers with recognized scientific production in the leisure area. The analyzes were carried out from the transcribed data of the interviews, which were later presented and discussed in the light of the relevant theoretical framework. The information points to several concerns of the interviewees such as the projection of Brazil through high-performance sport and medal achievement; the overvaluation of high-performance sport over other bodily practices; and, the focus on funding to host cities. Finally, they pointed out that the reception of a mega-sport event in the country would not necessarily guarantee the creation or implementation of public leisure policies, but they saw the moment as conducive to discussions on the subject.

**KEYWORDS:** Public Policy. Leisure Activities. Sports Mega Events.

### **Introdução**

A temática megaeventos esportivos encontra-se em voga no Brasil e apresenta-se como forte propulsor de discussões, principalmente pelo fato do país ter sediado a Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016. Um megaevento esportivo caracteriza-se, sob a definição de Almeida; Mezzadri e Marchi (2009) a partir de uma lógica de mercado e veiculação de informações via mídias globais; mobilização de instituições esportivas, iniciativa privada e entes governamentais; capacidade organizacional e de financiamento desses agentes;

porte colossal; e por fim, geração de recursos pelo avanço científico e tecnológico<sup>2</sup>.

Apropriar-se dos megaeventos esportivos como objeto de estudo potencializa diversas investigações, principalmente, quando nos remetemos à ideia de que, como afirma Uvinha (2009), a preparação de uma cidade com vistas a atender um megaevento esportivo pode trazer significativas influências em vários setores da sociedade. As discussões abrem espaço para que, cada vez mais, os assuntos que permeiam esse fenômeno sejam analisados por diferentes áreas. Para se ter um parâmetro, um levantamento no Banco de Teses da Capes<sup>3</sup> utilizando o descritor “megaeventos esportivos”, encontrou 89 teses e dissertações relacionados a temas pertencentes à Economia, ao Turismo, à Educação, à Educação Física, às Políticas Públicas, à Geografia, entre outras, os quais geraram contribuições sobre as potencialidades e desafios de se organizar um megaevento esportivo no país. Todavia, em poucos trabalhos o foco recaiu sobre a questão do lazer, daí o interesse em verificar a aproximação entre os megaeventos esportivos e as políticas públicas de lazer a partir do olhar de pesquisadores brasileiros da área do lazer.

O lazer, no entendimento de Gomes (2014, p. 15), é compreendido como “necessidade humana e dimensão da cultura que se constitui na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social”. A partir dessa perspectiva, a autora explica que o “lazer é uma prática social

---

<sup>2</sup> Apesar de não estarem incluídas em todas as dimensões propostas pelos autores para serem considerados megaeventos esportivos, outras competições de relevância foram realizadas no país, como: (1) os Jogos Pan-Americanos Rio 2007; (2) os Jogos Parapan-Americanos Rio 2007; (3) os Jogos Mundiais Militares Rio 2011; e (4) a Copa das Confederações FIFA 2013.

<sup>3</sup> [www.bancodeteses.capes.gov.br](http://www.bancodeteses.capes.gov.br)

complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas” (GOMES, 2014, p. 15).

No que diz respeito à política pública de lazer, Bramante (2004) adverte que unir conceitualmente, política e lazer, pode acarretar dilemas, dado o controle expresso pela política e, ao mesmo tempo, a liberdade, expresso como elemento do fenômeno do lazer. Por isso, Bramante (2004) reforça a ideia de que sua formulação e aplicação ocorram de forma educativa, numa perspectiva que vise à emancipação humana, que esteja atenta ao equilíbrio das características de uma sociedade que valoriza o trabalho, a produção em massa e o consumo. Quando nos referimos a uma política vinculada ao campo do lazer, faz-se necessário entendê-la como processo que visa decidir, planejar e dirigir, o qual se expressa a partir de regulamentos com vistas a atingir certos objetivos. Starepravo (2013) compreende por políticas públicas ferramentas governamentais que visam colocar em prática ações voltadas à população.

Dentre as muitas políticas públicas que podem estar vinculadas aos megaeventos, encontram-se, principalmente, as políticas públicas de esporte e lazer. De acordo com Starepravo (2013), a partir da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, essas políticas passam a ser focalizadas e suas ações ganham repercussão midiática e simbólica, o que pode gerar benefícios no que toca à discussão junto à população, mas geralmente carente de rigorosidade científica.

Nesse contexto, é possível perceber que a complexidade, abrangência e diversidade da temática contribuem para o distanciamento no que remete à formulação e aplicação de políticas no âmbito do lazer. E, nesse paradoxo, entre aproximações e distanciamentos das políticas públicas e lazer, é que, de acordo com Bramante (2004), são abertas novas possibilidades de conhecimento na área. Neste sentido, este artigo tem

por objetivo analisar as relações entre políticas públicas de lazer e os megaeventos esportivos sediados no Brasil a partir da ótica dos pesquisadores da área do lazer.

### **Método**

O presente estudo possui abordagem qualitativa, pois, como afirma Minayo (2007), trabalham com o universo dos valores, crenças, atitudes e significados como parte do universo social. Essa realidade não é visível, e sendo assim, necessita ser desvendada e interpretada. O processo de trabalho em uma pesquisa qualitativa, para Minayo (2007) constitui-se de três etapas: fase exploratória; trabalho de campo; e, análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória foi composta pelo reconhecimento e delineamento teórico acerca dos megaeventos esportivos e as políticas públicas de lazer, bem como do mapeamento dos sujeitos de pesquisa. O trabalho de campo deu-se a partir de entrevista semiestruturada realizada com os sujeitos do estudo. Por fim, o material coletado foi transcrito e analisado a luz da literatura pertinente.

### **Amostra**

A investigação contou com a participação de quatro (4) pesquisadores da área do lazer, os quais foram selecionados a partir dos critérios: reconhecido saber e produção científica sobre lazer; e atuação em programa de pós-graduação stricto-sensu em Educação Física e/ou Lazer. Mediante esses critérios, quatro pesquisadores integraram a

pesquisa: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas, Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama, Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha e Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral<sup>4</sup>.

### **Instrumentos**

Como instrumento para a coleta de dados a pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas. Segundo Triviños (1987) esse tipo de entrevista, além de valorizar a presença do entrevistador, favorece a liberdade e a espontaneidade necessária para o enriquecimento da investigação por apresentar questionamentos basilares e abre campo para novos questionamentos advindos do sujeito. A entrevista semiestruturada baseou-se na compreensão dos entrevistados acerca dos megaeventos esportivos; e, nas perspectivas em relação ao desenvolvimento de políticas públicas de lazer frente à realização dos megaeventos esportivos no Brasil.

### **Procedimentos e Análise**

Para acessar os informantes os pesquisadores entraram em contato direto com cada sujeito da pesquisa selecionado, realizando o convite por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando a intenção da pesquisa e buscando a autorização para a realização do estudo. Após esse contato inicial, dado o aceite em participar da investigação, a assinatura do consentimento era recolhida e, para fins de coleta de dados, houve a realização da leitura prévia do roteiro da entrevista.

---

<sup>4</sup> O não anonimato foi concedido pelos próprios pesquisadores a partir da assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE-Parecer nº204.780) ao autorizar que seu depoimento gravado fosse divulgado juntamente com seu nome em publicações científico-acadêmicas.

As entrevistas foram gravadas em um micro gravador, com o objetivo de manter o máximo de fidelidade possível os depoimentos dos informantes. Durante a entrevista, as intervenções dos pesquisadores foram feitas somente quando se fazia necessária. Os depoimentos foram gravados durante a realização do XIV Seminário “O Lazer em Debate”, que ocorreu entre os dias 14 e 16 de junho de 2013, na cidade de Campinas-SP. As entrevistas tiveram 15 minutos de duração aproximadamente e foram transcritas para que se procedesse a análise das mesmas sob a luz da literatura disponível acerca da temática. Para a disposição das falas no texto, optou-se pelo uso do sobrenome dos pesquisadores, acompanhados do ano da entrevista (Ex: MASCARENHAS, 2013).

## **Resultados e Discussões**

Ao considerar os caminhos elencados para analisar as aproximações entre as políticas públicas de lazer e os megaeventos esportivos a partir da visão de pesquisadores brasileiros da área do lazer, as discussões estão estruturadas a partir das falas dos entrevistados em conjunto com o diálogo da literatura pertinente.

No que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas de lazer, os esforços teóricos estavam centrados em compreender como os megaeventos esportivos poderiam acarretar a formulações de políticas públicas de lazer para o país. Em linhas gerais, as falas dos entrevistados apontaram para a marginalização da discussão de políticas de lazer, na agenda do governo federal, em detrimento do impulso às políticas que buscavam fortalecer o esporte de rendimento – núcleo dos megaeventos esportivos.

A partir dessa problemática, Mascarenhas (2013) lançou mãos dos aspectos que envolvem a construção de políticas públicas no Brasil, uma vez que, para o referido

pesquisador, tais formulações, no momento de organização de megaeventos esportivos, estavam constituídas com o intuito de potencializar o ranking do Brasil no quadro de medalhas, conforme explicita o excerto abaixo:

[...] o conjunto, hoje, de políticas organizadas a partir do plano federal, do Ministério do Esporte, que reflete o plano brasileiro de alçar o país ao ranking (top 10) no quadro de medalhas olímpicas. O Plano Nacional de Esporte e Lazer aponta para essa meta, de colocar o Brasil entre os 10 mais. Nesse sentido, os megaeventos se tornarem o princípio organizador da agenda pública nacional (MASCARENHAS, 2013).

Esse planejamento, nos dizeres de Mascarenhas (2013), dá-se a partir do momento em que os megaeventos foram tomados como princípios organizadores da agenda pública nacional que visavam alcançar os objetivos propostos pelo país, que na percepção de Mascarenhas (2013) referia-se ao alcance de um maior número de medalhas e, em sua visão, nesta direção é que os recursos financeiros públicos migrariam. Em suas palavras:

[...] já é perceptível uma mudança nas ações de governo no esporte, mas nessa direção. Sobrevaloriza o esporte de alto rendimento, e os dados de financiamento são bastante reveladores disso, e de outro lado, subordina as ações sociais à agenda da segurança pública.

É evidente a preocupação do entrevistado com as questões decorrentes da adoção de ações que visassem levar o Brasil às primeiras posições nos megaeventos realizados. Nota-se, também, a percepção do entrevistado quanto a valorização do esporte de alto rendimento, o que gera financiamentos governamentais voltados a essa manifestação. Na perspectiva apontada por Mascarenhas (2013), a de que o esporte de alto rendimento seria privilegiado na distribuição de recursos públicos, Teixeira, Matias e Mascarenhas (2015), ainda que focassem o período que antecedeu os Jogos Olímpicos de Londres 2012, já anteviam que a meta de estarem entre os 10 países com maior



número de medalhas faria que aumentasse ainda mais a aplicação de recursos do fundo público para prover o esporte olímpico até 2016. Todavia, a questão principal apontada pelos autores não foi o incremento de recursos, mas sim a ausência de discussão e planejamento nas tomadas de decisões.

Nesse contexto há uma defesa recorrente na valorização da educação física pautada nas práticas esportivas, o que leva alguns autores a advertirem uma pseudovalorização da educação física, por limitar-se a apenas uma prática corporal. Desta forma, Mascarenhas (2012) aponta o perigo em relação à perda do projeto político-pedagógico da educação física, afirmando que os objetivos da educação física devem pautar-se nos objetivos do modelo escolar e não das políticas transitórias e externas a essa realidade. Para o autor, dentre as promessas:

[...] depreende-se como tendência um maior investimento do Estado no esporte escolar, o que se traduz pela ampliação da infraestrutura - através da construção de quadras -, a ampliação do número de bolsas para atletas estudantis, o crescimento do PST-Mais Educação - tanto no sentido da massificação da prática esportiva, da detecção de talentos e do manejo social do risco - e o incremento dos JEBs (MASCARENHAS, 2012, p. 60).

Em direção distinta, quase oposta, a tese de doutorado de Castro (2016) coloca em dúvida esse posicionamento. Para a autora o esporte de rendimento não tem sido priorizado no financiamento orçamentário do Poder Público e não é possível afirmar a existência da hegemonia de uma manifestação sobre outra e nem que ao menos havia um padrão na distribuição de recursos federais para o esporte e lazer. Os achados da pesquisa de Castro indicaram que, entre 2004 e 2011, a política para o esporte participação utilizou 47,5% do volume orçamentário liquidado, contra 17,3% do esporte educação e 27,6% do esporte rendimento. A tese de Castro apesar de apresentar um

quadro distinto do que até então se tinha como um relativo consenso tem como limite o fato de não considerar os recursos públicos que são direcionados, aparentemente, em sua maior parte ao esporte de alto rendimento, como a Lei de Incentivo ao Esporte e os patrocínios de empresas estatais.

Ao retornar à fala de Mascarenhas (2013), percebe-se que a preocupação do entrevistado não se restringe ao financiamento dos megaeventos, uma vez que o entrevistado também aponta que uma das metas dos megaeventos esportivos seria a projeção do Brasil e, o esporte de alto rendimento, pela sua visibilidade e capital simbólico acabou por agregar forças políticas para tal fato. Sobre os megaeventos esportivos e a subordinação do lazer, Mascarenhas (2013) afirma que tal fenômeno encontra-se subordinado à agenda da segurança pública. Para o pesquisador, tem-se “[...] a ideia do megaevento como empreendimento, trazendo inovação, novos investimentos e fluxo de turismo na cidade que os sediam, e de outro, você tem que manejar o risco em torno desse megaevento” (MASCARENHAS, 2013). O risco apontado em sua fala diz respeito à segurança pública, uma vez que, de acordo com o entrevistado, todas as cidades que vivenciaram o ato de sediar tais eventos, sofreram com problemas de segurança, utilizando de aparatos repressivos nas ruas.

Respondendo em outra perspectiva, em sua entrevista, Isayama (2013) discorreu acerca das possibilidades de se pensar práticas corporais no lazer dentro do espaço da cidade, principalmente, após as transformações decorrentes da realização dos megaeventos no país. Entretanto, destaca o fato de que, raramente, financiamentos são atribuídos a políticas públicas de lazer. Tal afirmação constata-se na seguinte fala: “[...] o que temos visto, em termos de financiamento, ainda, se pensarmos a questão do lazer, por exemplo, dentro do ministério, o financiamento maior não é para as políticas

públicas de lazer” (ISAYAMA, 2013). Assim como Mascarenhas (2013), o entrevistado aponta que esse processo é decorrente de mecanismos que buscam canalizar os financiamentos e políticas relacionadas ao esporte de alto rendimento.

O depoimento de Isayama demonstra que a divisão entre esporte de alto rendimento, esporte participação e esporte educação corrobora com a divisão de financiamentos, mas, ainda identifica no esporte vinculado ao lazer, carência em termos de recursos públicos, conforme ilustra a seguinte fala: “[...] cada vez mais, o financiamento e políticas estão sendo canalizadas para as políticas públicas relacionadas ao esporte de alto rendimento” (ISAYAMA, 2013).

Em relação às aproximações entre o esporte e o lazer, Isayama (2013) espera que, aproveitando a superexposição dos megaeventos esportivos, as suas questões sejam também mais discutidas, especialmente na ampliação do financiamento e das ações de políticas públicas de lazer, o pesquisador relata: “eu espero que consigamos ampliar também o financiamento e nas ações de políticas públicas de lazer. É algo que, acho que vem, na discussão, e que temos conseguido algumas coisas, mas de maneira pequena” (ISAYAMA, 2013).

O entrevistado deixa claro que não é contrário ao esporte de alto rendimento, uma vez que ele também tem suas funções. Isayama (2013) remete às outras classificações do esporte, qual seja o esporte participação e esporte educação, no sentido de possibilitar à população um envolvimento em sua prática em si, não apenas como espectadores, como é o caso do esporte de alto rendimento. Tal ideia reforça-se no seguinte relato: “[...] acho que a expectativa é que a gente possa dar mais acesso ao esporte, nesse sentido, o esporte de participação, o esporte de lazer, eu diria.” (ISAYAMA, 2013).

Embora tal informação seja dada, o pesquisador percebe a supervalorização dos investimentos para o esporte de alto rendimento, colocando em desvantagem outras manifestações do esporte. E, ainda, a realização dos megaeventos esportivos no Brasil pode não garantir o impulso para a prática desportiva com alcance para parcela grande da população. Bracht e Almeida (2013) recordam que as instalações construídas para os megaeventos esportivos não se apresentam ao uso da sociedade em geral, ficando restrita a um número ínfimo de atletas de alto nível. Melo (2004) também aponta a carência de espaços públicos que viabilizem oportunidades de vivências corporais aos cidadãos que não são atletas, uma vez que, somente quadras restam a maioria da população. Apesar de algumas instalações terem sido transformadas em escolas, o argumento dos autores tem fundamento, e ainda mais grave, essas instalações de custo elevado e utilizadas por poucos praticantes apresenta dificuldade de torná-los sustentáveis (REZENDE, 2016).

Ao tomar como exemplo os Jogos Olímpicos realizados na China, em 2008, Uvinha (2013) destaca a preocupação daquele país em alcançar a primeira posição no quadro de medalhas, o que acabou ocorrendo por conta do incentivo exacerbado ao esporte por meio das aulas de Educação Física, como retrata o recorte adiante:

[...] o preço disso foi uma esportivização, vamos dizer assim, da Educação Física por lá, a ponto da Educação Física, particularmente, virar formação para o esporte de alto nível. Processo semelhante nós começamos a observar nas políticas públicas de Educação Física no Brasil, principalmente, na escola, onde se tem uma orientação para cada vez mais se esportivizar essa aula.

No Brasil, Uvinha (2013) critica um possível olhar a ser direcionado às aulas de Educação Física com o objetivo de atingir o *podium* de medalhas, uma vez que esse processo atribui atenção apenas ao alto rendimento. Ao discorrer sobre a esportivização,

González (2014) afirma que esse processo, quando presente na escola, diz respeito à associação das práticas pedagógicas da Educação Física escolar junto à lógica do esporte de alto rendimento. Quando se busca esse objetivo, as aulas de Educação Física, como alerta González (2014), assumem os códigos do esporte de alto rendimento e assim, os papéis dos sujeitos abarcados na ação escolar não se diferem a partir do ambiente em que trabalham. Adotam-se condições semelhantes do professor junto à figura do técnico, a seleção dos melhores, especialização em modalidades esportivas, subordinação de outras manifestações corporais e, organização curricular norteado pelas competições escolares.

Conforme Bracht e Almeida (2013), as políticas públicas, quando vinculadas ao esporte educacional, deveriam ponderar o universo simbólico que remete à instituição educacional. A “pedagogização” do esporte na Educação Física escolar é apontada como uma forma de submissão do fenômeno aos códigos da instituição escolar. Esse processo poderia ser capaz de reconhecer aproximações e distanciamentos a partir da orientação das ações internas do sistema.

Ao tratar dos megaeventos esportivos, Bracht e Almeida (2013) discursam a favor da necessidade de reconhecimento da força normativa e poderio simbólico relacionado a uma gama de características do esporte de alto rendimento. E, argumentam que, a Educação Física escolar pode sucumbir a essa força, fazendo emergir, em meio à crença de muitos, possibilidades de ser reconhecida perante a população.

No tocante às políticas públicas, Uvinha (2013) demarca a existência de políticas públicas voltadas a ações que favoreçam a realização dos megaeventos no país. Nesse sentido, o entrevistado explica:

O Brasil vem mapeando ações concretas, no entanto, o resultado disso vai ter que ser medido, posteriormente [...] O Brasil vai ter que encontrar alternativas, além da sua hospitalidade, isso não vai bastar para receber turistas estrangeiros (UVINHA, 2013).

A fala explicita que, para além de políticas públicas que incentivem o esporte e o lazer, faz-se necessário extrapolar esse campo, criando-se políticas Inter setoriais que visem a recepção de turistas no país. Ou seja, a compreensão de megaeventos esportivos transcende a ideia de evento vinculado apenas ao esporte, reconhecendo-o em outras variáveis, inclusive na cadeia produtiva do turismo para as cidades.

Reis (2008) afirma que a execução de eventos esportivos é uma das formas mais viáveis para a promoção das cidades sedes, observando que, os lucros remanescentes dessas atividades alimentam a indústria do turismo. Entretanto, Reis (2008) observa que os estudos ligados aos impactos causados por estes eventos estão, em sua maioria, relacionados aos benefícios econômicos em curto prazo; fortalecimento da identidade regional; aumento do orgulho cívico; e expansão da temporada turística, procurando ressaltar os pontos positivos de tal episódio. Por fim, a autora constata que os megaeventos são produtos turísticos em potencial para alavancar a economia local em se tratando de um curto período.

A percepção de Amaral (2013) pauta-se na diminuição de políticas públicas de lazer. Esse momento deve-se às contradições, atualmente, vivenciadas, uma vez que, ao mesmo tempo em que foram investidos recursos para incrementar a infraestrutura das cidades sedes dos megaeventos esportivos, em outras lugares, os recursos voltados ao esporte participação e de lazer eram escassos. Por consequência, dos dizeres da entrevistada:

Você vê os municípios hoje preocupados, você vê os governos de Estado preocupados, pensando em, por exemplo, Olimpíadas

Escolares [...] não estou avaliando a qualidade dessas políticas, mas que isso é um fato sim, que a academia nunca produziu tanto, nunca se falou tanto em diferentes áreas sobre esporte (AMARAL, 2013).

O levantamento já citado que encontrou 89 teses e dissertações que tinham como temática os megaeventos esportivos em diferentes áreas corrobora com o pensamento de Amaral (2013). A entrevistada também aponta para aquele momento como oportuno para se pensar políticas públicas de lazer, porém, devido ao volume de gastos decorrentes dos megaeventos esportivos, acreditava que os investimentos ligados à políticas de lazer poderiam se dispersar. Outro dado importante, diz respeito à opinião do entrevistado em relação ao esporte e ao lazer dentro do próprio governo, em suas palavras:

[...] o lazer sempre foi preterido nas políticas públicas brasileiras. Diria que, mesmo quando o Lula entrou, eu fui uma pessoa que participei, não era filiada, mas quando na campanha do Lula, na primeira eleição, nós fizemos um Seminário para fomentar o debate conceitual para o programa de governo do Lula, e nos reunimos, em Recife, pensamos esse programa, e quando nós voltamos para São Paulo, o caderno do programa foi lançado, nós tomamos uma surpresa: o programa era um texto de um acadêmico da economia. Então, a gente começa a perceber que dentro dos partidos políticos também, o esporte sempre foi um setor de menor valor, mas, o lazer ainda minoritário (AMARAL, 2013).

Athayde (2015) reforça este argumento em relação ao esporte e inclui o lazer também como setor ignorado no rol das políticas públicas de destaque. Todavia, sugere que deve ser reconhecido o esforço do governo Lula em assumir a relevância do esporte ao criar o Ministério do Esporte, em 2003.

O lazer enquanto direito social garantido na Constituição Federal Brasileira de 1988 é citado por Amaral (2013) para alertar à contrariedade dos maiores investimentos no esporte de alto rendimento em relação ao lazer. Nos dizeres de Thomaz (2014), apesar de a Constituição Federal estabelecer o lazer como um direito social, junto a outras áreas como a educação, a saúde e a segurança, bem como determinar o incentivo

ao lazer por parte do poder público, é possível observar, na visão do autor, que na prática isso não se cumpre. Daí, Thomaz (2014) aponta à necessidade do Estado em promover a democratização dos espaços de lazer, bem como valorizar a participação da população por meio de oportunidades que visem à elaboração de políticas e planos, democratizando a arte e o esporte.

A construção de políticas públicas de lazer que conta com a participação popular garante como afirma Thomaz (2014), o acesso a atividades criativas e prazerosas a partir da preservação das tradições, identidade e história e suas manifestações corporais. A partir disso, espaços de conquista do “gostar de si mesmo” farão com que as pessoas descubram e considerem as possibilidades de luta por uma vida digna.

Para além, Vasconcelos-Raposo (2012), discorre acerca da necessidade de uma maior formação da sociedade, a partir de uma dimensão ético-moral em que os indivíduos estejam conscientes de suas práticas corporais e, a partir disso, possam beneficiar-se de forma clara e coerente com a sua realidade. O autor ainda aponta que, somente com o desenvolvimento de políticas voltadas à cidadania, será possível integrar os preceitos basilares que correspondem ao civismo, no qual a solidariedade da sociedade toma escopo preponderante, baseada em ações socioculturais para as inúmeras escolhas comportamentais do cotidiano.

Diante da ideia Vasconcelos-Raposo (2012), é possível identificar que o desenvolvimento de políticas públicas pode acontecer, porém, serão voltadas ao esporte de alto rendimento. Ainda, é possível perceber a visão mercadológica a qual o esporte de alto rendimento está imerso, como uma forma espetacularizada de sua prática. Nesse sentido, Capela (2006) aponta para a intervenção do Estado a partir de políticas que proporcionem as mais variadas formas de expressão das práticas corporais é necessária,



uma vez que, os megaeventos como fenômenos isolados não serão capazes de fazer com que a população usufrua do lazer de maneira a atingir uma pluralidade de manifestações, haja vista a sobreposição de algumas práticas como o futebol em detrimento a outras como visto anteriormente a partir das contribuições de Melo (2004) e Capela (2006).

A importância do estudo incide na riqueza das informações apresentadas o que oportunizam perceber que existe necessidade latente de inserção nas agendas das mais diversas esferas. Assim, assinala-se o potencial de discussão acerca dos megaeventos esportivos e por conta disso, deve se aumentar cada vez mais pesquisas que busquem perceber o fenômeno para além das propagandas e notícias que pregam as vantagens em se receber um megaevento esportivo, cabendo à academia, principalmente, alavancar esse debate crítico em torno do assunto. Espera-se que por meio dos megaeventos esportivos no Brasil, legados sejam deixados por meio de pesquisas que contribuam no âmbito da educação física, fomentando novas discussões acerca não somente dos esportes, mas também de outras práticas corporais que podem ser manifestadas durante momentos de lazer.

### **Considerações Finais**

A partir do objetivo estabelecido no texto, qual seja analisar as relações entre políticas públicas de lazer e os megaeventos esportivos sediados no Brasil a partir da ótica dos pesquisadores da área do lazer, foram possíveis alcançar algumas constatações que tocam questões relacionadas ao lazer e, também, para além dele. Considerando que parte dos entrevistados não possui a temática dos megaeventos esportivos como tema principal de suas investigações, os mesmos elencaram uma série de apontamentos que

contribuem de forma significativa no desenvolvimento do assunto, principalmente, pelo fato de buscarem a partir dos estudos do lazer uma relação com fenômeno a ser desenvolvido no Brasil.

Dentre as informações concedidas no depoimento oral dos pesquisadores foi possível perceber as preocupações apontadas em relações a diferentes esferas das políticas públicas que acabaram por serem influenciadas pelos megaeventos esportivos, a saber: a projeção do Brasil por meio do esporte de alto rendimento com vistas a alcançar o maior número de medalhas de ouro; a discussão acerca da segurança pública por meio da pacificação das cidades; o caráter Inter setorial das políticas públicas quando nos remetemos os megaeventos esportivos; a supervalorização e alto investimento ao esporte de alto rendimento em detrimento de outras manifestações culturais; e por fim, o enfoque dado a financiamentos concedidos às cidades sedes em detrimento de outras cidades do país.

Além dos pontos apresentados, os entrevistados assinalam que a recepção de um megaevento esportivo no país não irá garantir, necessariamente, a criação ou implantação de políticas públicas de lazer, mas afirmam que é um grande momento de fomentar discussões acerca do assunto, principalmente pautando-se em políticas públicas que sejam desenvolvidas com vistas a atender as carências da população e não a uma parcela mínima como faz o esporte voltado ao alto rendimento. O fato exposto é explicado pelo fato de que, os maiores investimentos do Ministério do Esporte são voltados ao esporte de alto rendimento, fazendo com que, limitações sejam encontradas nas outras formas de manifestação da cultura e das práticas corporais.

A importância do estudo incide na riqueza das informações apresentadas o que oportunizam perceber que existe necessidade latente de inserção nas agendas das mais

diversas esferas. Assim, assinala-se o potencial de discussão acerca dos megaeventos esportivos e por conta disso, deve se aumentar cada vez mais pesquisas que busquem perceber o fenômeno para além das propagandas e notícias que pregam as vantagens em se receber um megaevento esportivo, cabendo à academia, principalmente, alavancar esse debate crítico em torno do assunto. Espera-se que por meio dos megaeventos esportivos no Brasil, legados sejam deixados por meio de pesquisas que contribuam no âmbito da educação física, fomentando novas discussões acerca não somente dos esportes, mas também de outras práticas corporais que podem ser manifestadas durante momentos de lazer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. Considerações Sociais E Simbólicas Sobre Sedes De Megaeventos Esportivos. **Motrivivência**, v. 32-33, p. 156-177, 2009.

AMARAL, S. F. **Entrevista concedida aos autores por meio de depoimento gravado no dia 15 de junho de 2013**. Campinas: 2013

ATHAYDE, P. F. O lugar do social na política de esporte do governo Lula. In: MATIAS, W.B.; ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F. (Org.) **Políticas de Esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar. **Em Aberto**, v. 26, p. 131-143, 2013.

BRAMANTE, A. C. Política de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.) **Dicionário crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2004.

CAPELA, P. R. do C. Os mega-eventos esportivos e as políticas públicas de esporte e lazer de resistência. **Motrivivência**, v. 27, p. 101-118, 2006.

CASTRO, S. B. E. **Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011)**: prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária. 2016. 382 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

GONZÁLEZ, F. J. Esportivização. In F. J. GONZÁLEZ & P. E. FENSTERSEIFER (Org.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

ISAYAMA, H. F. **Entrevista concedida aos autores por meio de depoimento gravado no dia 13 de junho de 2013**. Campinas: 2013

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

MASCARENHAS, F. **Entrevista concedida aos autores por meio de depoimento gravado no dia 14 de junho de 2013**. Campinas: 2013

MELO, V. A. ESPORTE. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

REIS, A. C. Megaeventos e turismo: uma breve revisão. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008

REZENDE, C. Sem revelar custos, Ministério do Esporte assume arenas olímpicas no Rio. **Estadão**, 2016. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,sem-revelar-custos-ministerio-do-esporte-assume-arenas-olimpicas-no-rio,10000096245> . Acesso em: 09 fev. 2017.

STAREPRAVO, F. A. **Esporte, Política e Ciência: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**. Curitiba: CRV, 2013.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012). In: MATIAS, W.B.; ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F. (Org.) **Políticas de Esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015.

THOMAZ, F. O. Políticas de Lazer. In F. J. González & P. E. Fensterseifer (Org.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2014.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UVINHA, R. R. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. **Motrivivência**, v. 21, n. 32-33, 105-124, 2009.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida aos autores por meio de depoimento gravado no dia 14 de junho de 2013**. Campinas: 2013

VASCONCELOS-RAPOSO, J. Num desporto com valores: construir uma sociedade mais justa. **Motricidade**, v. 8, n. 2, 1-7, 2012.

#### **Endereço dos Autores:**

Vitor Hugo Marani  
Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Universitário do Araguaia  
Avenida Universitária, 3.500, Bloco Ed. Física, Sala 04  
Pontal do Araguaia – MT – 78.698-000  
Endereço Eletrônico: vitorhmarani@gmail.com

Andressa Pelloi Bernabé  
Centro Universitário Ingá - UNINGÁ  
Rod. PR 317, 6114 - Parque Industrial  
Maringá – PR – 87.035-510  
Endereço Eletrônico: andressa.bernabe@hotmail.com

Edson Hirata  
Av. Armelindo Trombini, 3087  
Campo Mourão – PR – 87.309-097  
Endereço Eletrônico: chinahirata@gmail.com

Fernando Augusto Starepravo  
Universidade Estadual de Maringá

Vitor Hugo Marani,  
Andressa Pelloi Bernabé, Edson Hirata e  
Fernando Augusto Starepravo

Aproximações entre Políticas Públicas de Lazer...

Departamento de Educação Física  
Avenida Colombo, n. 5.790 Bloco M-06 – Sala 002  
Campus Universitário  
Maringá – PR – 87.020-900  
Endereço Eletrônico: fernando.starepravo@hotmail.com